

De novo, Cruesp anuncia reajuste zero!

Reitores decidem jogar nas costas das categorias os efeitos da crise de financiamento. Em dois anos, salários já encolheram 10%

Na segunda rodada de “negociação” da data-base 2017, em 17/5, o professor Sandro Roberto Valentini, reitor da Unesp e atual presidente do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), informou a decisão de oferecer zero de reajuste salarial às categorias de docentes e funcionários técnico-administrativos, tendo em vista “as dificuldades orçamentárias e financeiras” das universidades. A decisão agrava a situação da Unesp, que não pagou sequer os 3% concedidos na data-base de 2016.

“Os representantes do Fórum das Seis criticaram a postura dos reitores, que vem se repetindo há anos: uma clara opção política por manter as universidades estaduais paulistas à custa de arrocho salarial, da deterioração das condições de trabalho e da estagnação da permanência estudantil”, assinala o *Boletim do Fórum das Seis* de 18/5. A crise de financiamento vem sendo denunciada pelos sindicatos há décadas, “mas os reitores nunca se propuseram a questionar a política do governo estadual, que confisca recursos das universidades sistematicamente” (**leia reportagem na p. 2**).

“O zero nesta data-base faz com que os salários na Unicamp e na USP percam, aproximadamente, 10% de seu poder de compra em dois anos”, informa o *Boletim do Fórum das Seis*. “Na Unesp, essa perda fica em torno de 13%. Uma corrosão muito grande em tão pouco tempo. Se considerarmos as perdas acumuladas desde 1989, os salários regrediram cerca de 40%”.

No decorrer da reunião entre o Cruesp e o Fórum das Seis, o professor César Minto, presidente da Adusp, questionou o fato de o reitor da USP, M.A. Zago, furtar-se de exigir do governo estadual o devido financiamento das universidades estaduais, e, ao contrário, fazer repetidas declarações públicas de que não há falta de recursos. O vice-reitor da USP, V. Agopyan, alegou tratar-se de um “ruído de comunicação”, ignorando entrevistas

concedidas pelo reitor a *Veja*, *Valor Econômico* e outras publicações.

O presidente da Adusp criticou, ainda, o fato de a Reitoria efetivar um Plano de Incentivo à Demissão Voluntária em duas etapas (PIDV 1 e 2) — sem qualquer estudo de impacto — e estar autorizada a instituir na USP a relação de 40% de docentes para 60% de funcionários, o que poderá resultar na perda de mais 5 mil técnico-administrativos. É inimaginável a abrangência de tal desmonte.

O Fórum das Seis também indagou ao Cruesp, oficialmente, qual a posição do colegiado acerca dos “Parâmetros de Sustentabilidade Econômico-Financeira da USP”, aprovados pelo Conselho Universitário em 11/4. O presidente do Cruesp afirmou que o órgão ainda não teve acesso ao documento. O professor Minto manifestou sua estranheza, dado que a aprovação desse “pacote fiscal” ocorreu há mais de um mês e o pedido de envio tinha sido feito há seis dias, na reunião anterior. O vice-reitor da USP alegou uma complicação burocrática qualquer. Ouça a gravação: <http://bit.ly/2q4CRNV>.



Bahiji Haji

Arrocho Não! É preciso resistir!

Deliberações da Assembleia Geral de 18/5/2017

Campanha de data-base:

- PARALISAÇÃO e ATO em frente à sede do Cruesp (r. Itapeva, 26), durante a reunião de 5/6 às 10 horas, contra a proposta de 0% de reajuste salarial.
- Nova Assembleia Geral para continuar o debate sobre data-base em 31/5, às 17 horas, em local a confirmar.

Conjuntura Nacional:

- Participação ativa no ato de domingo, 21/5 às 15 horas na Av. Paulista, chamado pelas centrais sindicais e movimentos sociais contra o governo Temer.
- Participação e apoio ao movimento #OcupeBrasília em 24/5, contra as reformas da Previdência e trabalhista, contra a terceirização e contra o governo Temer.
- Elaboração de abaixo-assinado pela defesa dos direitos sociais, civis e políticos: “Nenhum direito a menos, defesa dos serviços públicos e Fora Temer!”
- Discutir a proposta de “Diretas Já” nas setoriais das unidades.

Temer contra a parede

Uma denúncia exposta pelo jornal *O Globo* na noite de 17/5 abalou o governo Temer (PMDB). Segundo o jornal, gravações de áudio entregues ao Supremo Tribunal Federal (STF) e à Procuradoria Geral da República (PGR) pelos empresários Joesley e Wesley Batista, proprietários do grupo JBS, flagram Temer em dois diálogos comprometedores, que revelam seu envolvimento direto em atos de corrupção. As conversas aconteceram durante reunião ocorrida em 7/3 no Palácio do Jaburu.

Num dos diálogos, Joesley comunica ao presidente que comprou o silêncio do ex-deputado

Eduardo Cunha e do doleiro Lúcio Funaro, presos pela Operação Lava Jato, e Temer lhe diz: “Tem que manter isso, viu?”. Comete, assim, crime de obstrução da Justiça. O outro diálogo envolve o presidente interino em tratativas de corrupção da JBS no CADE, órgão federal, pelas quais um emissário seu recebeu R\$ 500 mil.

No dia 18/5, o ministro Edson Fachin, do STF, autorizou inquérito para investigar o presidente. Na tarde do mesmo dia, Temer fez um pronunciamento oficial em que se declarou inocente e anunciou enfaticamente que não renunciaria ao cargo.

A crise política alastra-se en-

quanto fechamos esta edição, com as notícias de possível renúncia de ministros, pedidos de *impeachment*, articulação de eleição presidencial indireta pelo PSDB e outros agrupamentos de direita, e, inversamente, realização de atos “Fora Temer” e por eleições diretas já em diversos pontos do país.

Outro político duramente afetado pelas novas denúncias foi o senador Aécio Neves (PSDB), gravado enquanto pedia R\$ 2 milhões a Joesley. Aécio foi afastado do mandato pelo STF em 18/5. Sua irmã, a empresária Andréia Neves, e seu primo foram presos por envolvimento direto no caso.

Reitoria da USP não aparece em debate na Alesp

O financiamento das universidades públicas paulistas foi pauta de uma reunião pública na Assembleia Legislativa (Alesp) no dia 15/5, convocada pelo deputado estadual Carlos Gianazzi (PSOL) e pelo Fórum das Seis. A mesa do evento foi composta por representantes das associações de docentes da USP (Adusp), Unesp (Adunesp) e Unicamp (Adunicamp), do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps) e das reitorias da Unesp e Unicamp.

O debate evidenciou que as universidades e o Centro Paula Souza não sofrem de uma crise financeira, mas de financiamento. Uma das razões centrais para essa situação é o descompasso entre o investimento e a expansão dos centros de ensino. “Desde 1995 houve uma enorme expansão das três universidades paulistas, com novos cursos e *campi*. Foi uma promessa na época, do governador e de autoridades estaduais, de que viriam recursos permanentes necessários para esse processo de expansão”, disse o professor João Chaves, presidente da Adunesp e coordenador do Fórum das Seis. “No entanto, até agora não foram assegurados recursos perenes, continuamos a receber os 9,57% [do ICMS-Quota-Parte do Estado], e por isso, tem havido no interior das três universidades processos de destruição, ligados às formas que as três universidades desenvolveram de não contratação de servidores técnicos-administrativos, de não contratação de docentes, de congelamento de verbas para assistência estudantil e investimentos”, diagnosticou.

Os dados fornecidos pelo Fórum das Seis corroboram a análise: na USP, entre 1995 e hoje, houve um aumento de 75,7% de alunos matriculados frente a uma redução de 7,8% do corpo de funcionários técnico-administrativos. Na Unesp, entre 1995 e 2016, o número de matrículas aumentou 103,7% e o número de funcionários reduziu-se em 18,6%; na Unicamp, o aumento de estudantes foi de 96%, com redução de 5,8% do corpo de funcionários e de 3,5% de professores.

Neusa Santana, do Sinteps, explicou que o Centro Paula Souza também sofreu uma expansão sem aumento de investimento. As



inaugurações de novas unidades são usadas como moeda eleitoral entre o governador e os prefeitos: entre 2002 e 2017 foram criadas nada menos do que 186 unidades (escolas técnicas e faculdades). No entanto, o Centro Paula Souza, ao contrário das universidades, não dispõe de verba vinculada. “A nossa luta sempre foi muito grande para termos o financiamento como as universidades, nosso pedido é de 3,1% (do ICMS-QPE)”, disse Neusa.

Outro motivo para a crise de financiamento são os descontos indevidos no repasse dos 9,57% do ICMS-QPE. Antes do cálculo para o repasse às universidades, o governo estadual desconta do total arrecadado itens como habitação, juros de mora e dívida ativa. O Fórum das Seis estima que foram subtraídos das universidades R\$ 600 milhões nos anos 2014-2015, e outros R\$ 410 milhões em 2016. Por este motivo, uma das reivindicações, tanto do Fórum das Seis como do próprio Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (Cruesp), é que o cálculo seja realizado sobre o “total de produto”, o que impediria manobras contábeis do Tesouro estadual.

Insuficiência. Na reunião também foi apresentada uma versão preliminar do relatório do GT Previdência, resultante das negociações da data-base de 2015 e composto por representantes do Cruesp e do Fórum das Seis. Seu conteúdo demonstra que outro fator para a crise de financiamento das universidades é a interpretação feita pelo governo estadual da lei nº 1.010/2007, que reformou a Previdência paulista. “O que falta para [as universidades] pagarem os aposentados é chama-

do de insuficiência financeira. O artigo 27 da lei 1.010 é bem claro: quem deve arcar com essa insuficiência é o Tesouro estadual. O governo interpreta que as universidades fazem parte do Estado, portanto elas arcam com a folha de pagamento completa dos aposentados”, denunciou o professor Paulo Cesar Centoducatte, presidente da Adunicamp.

“Na Unicamp, em 2016, esses valores foram de mais de R\$ 300 milhões. Na Unesp, mais de R\$ 400 milhões. Na USP, mais de R\$ 800 milhões”, acrescentou Centoducatte. “As três universidades, só no ano passado, arcaram com mais de R\$ 1,5 bilhão. Corresponde a cerca de 19,6% de todos os recursos que entraram nas universidades, a partir dos 9,57% do ICMS”.

O professor César Minto, presidente da Adusp, apontou que a identificação entre as universidades e o Estado só é lembrada quando convém: “Essa coisa de pesos e medidas diferentes: a USP é instada a pagar parte dos recursos relativos aos aposentados pensionistas, alegando-se que ela faz parte do Estado. Por outro lado o reitor questiona a manutenção do Hospital Universitário [HU] e do Hospital de Reabilitação de Anomalias Craniofaciais [HRAC], da Escola de Aplicação e das creches porque alega que essas entidades não rea-

lizam atividades-fim para a universidade, o que é um absurdo”.

Os representantes das reitorias da Unesp e da Unicamp endossaram as reivindicações das entidades representativas. “Nós viemos aqui nos juntarmos ao coro pelo financiamento digno das universidades de São Paulo”, disse o professor Sérgio Nobre, vice-reitor da Unesp. Joaquim Bustorff, chefe de gabinete do reitor da Unicamp, concordou com Nobre, e lamentou os problemas da instituição: “Do ponto de vista particular da Unicamp, ela tem mostrado que é a única universidade [entre as três estaduais] em que houve diminuição do número de docentes; estamos falando de 20 anos, período em que o número de alunos aumentou e o de docentes diminuiu”.

A ausência da Reitoria da USP foi criticada por membros do plenário. “Não é a primeira vez, desde o início da gestão ele [reitor M. A. Zago] tem faltado em momentos cruciais”, declarou Magno de Carvalho, diretor do Sintusp. “E é o reitor que mais tem destruído as universidades”.

Para enfrentar a crise de financiamento, o Fórum das Seis está finalizando a redação de emendas à Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018 (LDO), em tramitação na Alesp. A proposta do governo Alckmin é manter os 9,57% do ICMS-QPE para o financiamento das universidades, ao passo que o Fórum das Seis propõe aumentar o repasse anual para 11,6% do total do produto do ICMS (sem descontos indevidos) para as universidades; 3,3% deste índice para o Centro Paula Souza; 33% da receita total de impostos do Estado para a educação como um todo; e que a Lei 1.010/2007 seja respeitada, para que o Tesouro estadual arque com a insuficiência financeira no pagamento aos aposentados e pensionistas das três universidades.

Hipóteses de aposentadoria voluntária: regras de transição x novo paradigma

Está na página digital da Adusp uma tabela detalhada a respeito das diferentes hipóteses de aposentadoria voluntária válidas para os servidores estatutários da USP (o que inclui docentes) e demais universidades estaduais paulistas. Preparada pelo Departamento Jurídico da Adusp, a tabela já leva em conta o texto substitutivo da PEC 287/16, aprovado pela Comissão Especial da Câmara dos Deputados em 3/5/17. Confira em <http://bit.ly/2rmnLYO>

Filiados elegerão nova Diretoria da Adusp e representantes de unidades em 29, 30 e 31/5

No final deste mês será realizada a eleição para renovar a Diretoria da Adusp. A nova gestão cumprirá mandato de junho de 2017 a junho de 2019. A votação acontecerá nos dias 29, 30 e 31 de maio, das 9 às 19 horas, na sede da Adusp e em algumas unidades a serem divulgadas. A eleição de

novos membros do Conselho de Representantes (CR) acontecerá na mesma data. Mais de 2.800 docentes estão aptos a votar.

Apenas a chapa “Em defesa da USP: pública, gratuita e de qualidade” se inscreveu para disputar a eleição da Diretoria. Compõem a chapa: Presidente: **Rodrigo Ri-**

cupero (FFLCH); 1º Vice-Presidente: **Ivã Gurgel** (IF); 2º Vice-Presidente: **Michele Schultz Ramos** (EACH); 1ª Secretária: **Ana Luiza da Costa** (FE); 2º Secretário: **Cláudio Alvarenga de Oliveira** (FMVZ); 1º Tesoureiro: **Waldir Bevidas** (FFLCH); 2ª Tesoureira: **Lilian Gregory**

(FMVZ); Diretora de Ribeirão Preto: **Annie Schmaltz Hsiou** (FFCLRP); Diretor de Bauru: **Eliel Orenha** (FOB); Diretor de Piracicaba: **Marcos Sorrentino** (Esalq).

Conheça a chapa:
<http://emdefesa.wixsite.com/blog>
<http://www.facebook.com/Emdefesa-daUSP>

Antonio Candido (1918-2017)

O Brasil perdeu Antonio Candido. O professor, crítico literário, sociólogo e militante socialista faleceu no dia 12 de maio, aos 98 anos, no Hospital Albert Einstein, onde estava internado. Na USP, Candido tornara-se uma das principais referências do pensamento crítico, da liberdade acadêmica e da resistência ao autoritarismo da estrutura oligárquica de poder da universidade.

Nascido no Rio de Janeiro e criado em Minas Gerais, Candido ingressou na Faculdade de Direito da USP em 1939. Em 1942, tornou-se professor assistente de sociologia na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL). Aos 23 anos, despontou como crítico literário na revista *Clima*, fundada por ele ao lado de Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado e Gilda de Mello e Souza, que viria a se tornar sua esposa e mãe de suas três filhas. Mais tarde, Candido lançaria obras seminais, como *Parceiros do Rio Bonito* (1964) e *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos* (1959).

Desde cedo Candido também se mostrou um militante político com firmes posições socialistas. Opositor do Estado Novo de Vargas, participou de grupos de resistência nos anos 1940. Extinto o regime, ajudou a fundar o Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 1947, sendo um dos responsáveis pelo jornal do partido, *Folha Socialista*.

Maria Antonia. Continuou na militância política mesmo depois do golpe militar de 1964. Em 1968, defendeu e fez parte da ocupação do prédio da USP na rua Maria Antonia, onde lecionava na então FFCL. Elegeu-se membro da Comissão Paritária Central, respon-



Fotos: Daniel Garcia

Acima: em caminhada com Alfredo Bosi, após a assembleia final da vitoriosa greve de 2000, quando ambos integraram a chamada “Comissão de Notáveis”. Ao lado: Antonio Candido em debate, em 2006.

sável por manter a ocupação.

Defensor da anistia e da redemocratização, Candido participou, em 1977, da criação da Associação dos Docentes da USP, originada na antiga Associação dos Auxiliares de Ensino — a mudança resultou da reação indignada dos docentes ao assassinato do jornalista Vladimir Herzog, professor da ECA, por agentes do II Exército, em outubro de 1975. Candido compôs a primeira diretoria da nova entidade, no cargo de vice-presidente.

Em evento de comemoração do trigésimo aniversário de fundação da Adusp, declarou a propósito da greve de 1979: “Foi quando se percebeu que o professor não era mais um príncipe, era um trabalhador”. Na sua opinião, aquela greve, “talvez a primeira do ensino superior do Brasil”, foi uma “contribuição muito poderosa para a criação de

um espírito democrático na USP” (vide *Revista Adusp* 39, 2007: <http://bit.ly/2qFylqW>).

Fundador do PT. Candido também resistiu ao regime militar fora do âmbito universitário, atuando na Comissão de Justiça e Paz ao lado do cardeal D. Paulo Evaristo Arns. Em 1980 ajudou a fundar o Partido dos Trabalhadores, no qual exerceu posições de destaque, como a de presidente do Conselho Editorial da Fundação Perseu Abramo.

“Antonio Candido trabalhou em seu último texto no último dia de vida consciente. Assim como Florestan Fernandes, cujo último texto foi publicado poucos dias após sua morte. Socialista, defensor consequente da democracia, do ensino e da universidade pública, quantos adjetivos elogiosos não lhe cabem”, comentou o professor Osvaldo Coggiola (FFLCH), a pedi-



do do *Informativo Adusp*.

“Lembro-me da sua intervenção (no meio do público!) em um simpósio sobre América Latina na UFSCar, em 1983; do seu discurso em homenagem a Florestan (trouxe-o escrito a máquina) no Anfiteatro de História, em 1995; da sua intervenção no ato em defesa da FFLCH em 2002; da sua presença nas assembleias de greve da Adusp... Cada contato com ele, de perto ou de longe, foi marcante. Lutou e pensou até o último fôlego”.

USP pública ou “empreendedora”?

Organizado pela *Revista Adusp* no auditório da FE, em 9/5, o debate “USP Pública ou USP Empreendedora? Gestão democrática ou tirania pró-mercado?”, reuniu os professores Franklin Leopoldo da Silva (FFLCH-USP), José Sérgio de Carvalho (FE-USP) e Maria Caramiz Carlotto, da Universidade Federal do ABC (UFABC). A transcrição integral do debate será publicada pela *Revista Adusp*, em edição especial sobre a gestão M.A. Zago-V. Agopyan. Veja o vídeo <http://youtu.be/sYd6yK0PnVE>.

“O debate de hoje é motivado por tudo aquilo que estamos vivendo nos últimos tempos. Os ataques que a universidade pública vem recebendo, tanto de dentro quanto de fora”, esclareceu, ao abrir os trabalhos, a professora Elisabetta Santoro, 2ª vice-presidenta da Adusp, que atuou como moderadora. A Reitoria, afirmou, pretende impor à USP uma gestão empresarial. “A contratação da consultoria privada McKinsey é um exemplo disso”.

A exposição de Maria Carlotto compartilhou achados do grupo de pesquisa em que atuou na USP, durante seus estudos de doutorado acerca do predomínio do discurso gerencial na instituição. A universidade divide-se entre dois polos, ou campos: de um lado as escolas profissionais tradicionais, que possuem “um núcleo duro que não se altera”, apesar de renovar-se; de outro lado, o polo acadêmico-científico, “que reúne todas as instituições voltadas à produção de conhecimento, aos produtores e difusores de conhecimento”. A seu ver, essa estrutura básica dual “organiza grande parte das visões da história da universidade”. O antagonismo entre os dois campos se torna patente durante a reforma universitária dos anos 1960.

“O centro do projeto ‘moderno’, gerencial, é justamente se contrapor a essa democratização das estruturas de poder, deliberativa, sobretudo as decisões mais estratégicas. E essa ideia de democratização vinha justamente do polo acadêmico-científico. Ela se colocava no final dos anos 1950 e mais ou menos até 1964/65 como uma proposta essencialmente moderna, de combate a uma estrutura arcaica, vinda das castas. As elites que controlavam a universidade, Medicina, Direito e Engenharia, vão sistematicamente buscar um novo conhecimento, uma nova visão, capaz de se apresentar como mo-

derna e de se contrapor a essa reforma”.

No entender de Maria Carlotto, uma dimensão fundamental no enfrentamento atual é a disputa simbólica. “Eles conseguiram construir tal bloqueio de legitimção da sua visão enquanto moderna, gerencial, arrojada, que a gente está com muita dificuldade de furar. Mas também é verdade que só se consegue impor essa visão com uma violência física e simbólica brutal. É sobre isso que a gente precisa pensar. Existe uma violência física absurda e também existe uma violência simbólica”.

Famigerada gestão. Franklin Leopoldo destacou, a respeito da passagem da USP de “uma instituição política a uma organização de mercado”, que a universidade não inova, porque “simplesmente segue uma coisa que vem acontecendo há muito tempo no mundo inteiro, que é a definição da política pela administração”. Em outras palavras: “É a famigerada gestão, que vem invadindo todos os setores e colocando as coisas no seguinte pé: ‘se continuarmos misturando a gestão da universidade com discussões político-institucionais, acabaremos por paralisar a gestão’”. Tal reorientação levou a “uma racionalidade específica, que é corporativa e, num sentido mais amplo, instrumental”.

A competição, característica marcante do liberalismo, contamina a USP. “A pauta individualista que percorre o meio universitário faz com que o pesquisador seja, antes de mais nada, um investidor em si mesmo. E, portanto, as técnicas de investimento e de retorno é que pautam a vida universitária”. Na avaliação do professor da FFLCH, a “indiferença ética” que toma conta da sociedade como um todo reflete-se também na universidade, provocando mudanças.

“A despolitização é um projeto político. Quando você vê na universidade, e mesmo na sociedade, a apologia da eficiência, da eficácia e da administração, completamente contrária ao pensar político, é o efeito de um projeto bem pensado”. É preciso que alguém se



Acima: intervenção do professor Antonio Almeida (Esalq). Ao lado: Maria, Franklin, Elisabetta e José Sérgio (ao microfone)



debruce “sobre um binômio fundamental para entender o que a gente vive: a democracia formal e o totalitarismo real”, propôs Franklin.

Ele disse ter ficado “pasmado” ao ler a descrição das reuniões do Conselho Universitário (Co). “A violência desmedida que lá aparece, principalmente por parte da cúpula dirigente. Eu vejo isso como uma violência totalitária. Isso é naturalizado. Temos um reitor segundo o que o modelo MEC-Usaid queria colocar. Trata-se de um uso burro da violência. Então, não sei se isso serve de consolo ou não, mas temos tido uma série consecutiva de dirigentes universitários que não primam pelo uso da inteligência”.

Gesto desesperado. José Sérgio de Carvalho, que representa a Congregação da FE no Co, esclareceu que, não sendo militante político ou sindical, foi levado a atuar politicamente por ocasião das recentes reuniões desse colegiado (de 7/3 e 11/4). Depois de pronunciar-se contra as chocantes agressões da Polícia Militar a estudantes e funcionários e contra a convivência da Reitoria, retirou-se de ambas. “A minha atuação política ali tem mais a ver não com o que a gente entende classicamente por política, que é uma certa negociação dos diferentes interesses, mas justamente o gesto desesperado da crise, onde se fala ‘isso não é negociável’. A minha única atitude política foi de falar que aquilo que estão fazendo está fora do âmbito da negociação”.

Historicamente, observou, existe “uma tensão constitutiva da USP” desde sua fundação entre, de

um lado, “o papel público e político da universidade”, e de outro lado “a ideia de que ela é também um lugar de formação de profissionais, de atendimento a reclamos e demandas sociais”. Tensão, portanto, “Entre o sentido político, o significado cultural da universidade na nossa sociedade, e suas finalidades sociais, econômicas e produtivas”, isto é: a universidade se caracteriza por ser um lugar que tem tanto uma finalidade em diálogo com a produção econômica, quanto um sentido político. “A universidade deve inclusive sua excelência a esse equilíbrio tenso”, destacou José Sérgio.

Enquanto se conseguiu manter uma universidade que tinha sentido público, “embora também tivesse que cumprir a função da finalidade aqui e acolá”, essa experiência tinha sentido, enfatizou. “Ela não era a mera conformação de indivíduos adequados a uma engrenagem que funciona por si”. Porém, adverte, seu sentido público, político, crítico, “está sendo esgarçado, dilacerado e quase anulado nos dias que correm”.

Não obstante, salientou, hoje estamos diante de uma ruptura ainda mais radical. “O que há de novo é que a ruptura agora se opera em um novo campo, da própria gestão dos conflitos e das tensões”, em relação à proeminência da palavra, ou seja: da política como forma de deliberação que suspende a violência. “A ruptura da proeminência da palavra em favor da força bruta em relação a todas as vozes dissonantes”.

Daniel Garcia